

A Educação Ambiental como ferramenta do agronegócio para divulgar suas atividades no Conesul

Environmental Education as na agrobusiness instrument to disclose your activities in Conesul

João Paulo Laranjo Velho
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Resumo: O artigo argumenta sobre a importância de se fazer uma reflexão sobre a educação ambiental desenvolvida pelas empresas e entidades representativas do agronegócio, uma vez que é necessário, considerar os objetivos das mesmas como sendo de interesse em divulgar uma imagem de empresa sustentável, geradora de emprego, renda e de comprometimento com as questões sociais. No entanto, a histórica desigualdade na propriedade da terra no Conesul, imprime em seus conflitos indicadores negativos na distribuição de renda, riqueza. Diante do exposto, entende-se que deve estar inserido nos debates um viés crítico e transformador. Sendo assim, sustentamos teoricamente o assunto sobre o tema para que sirva de apoio aos dados empíricos de uma tese de doutorado.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Agronegócio no Conesul. Injustiça Ambiental.

Abstract: The article argues about the importance of reflecting on environmental education developed by companies and entities representing agribusiness, since it is necessary to consider their objectives as being of interest in promoting an image of a sustainable company that generates jobs, income and commitment to social issues. However, the historical inequality in land ownership in Conesul, imprints negative indicators on the distribution of income and wealth in its conflicts. Given the above, it is understood that a critical and transformative bias must be inserted in the debates. Therefore, we theoretically support the subject on the topic so that it supports the empirical data of a doctoral thesis

Keywords: Environmental Education. Agribusiness in Conesul. Environmental Injustice.

1 Introdução

O modelo de desenvolvimento hegemônico do campo, adotado pelos países do Conesul, segundo o exposto por Hoff, Dewes, Rathman, Bruch e Padula (2007), beneficia o modelo agroexportador que predomina no agronegócio. Este conceito representa o setor produtivo agrícola e pecuário, passando pelas indústrias de insumos, de beneficiamento de sementes, armazenagem, embalagem e comercialização. Nesta definição se enquadram tanto as grandes como as pequenas propriedades.

No Brasil por exemplo, o agronegócio é a base da economia e influência consideravelmente em seu PIB. Desta forma, segundo um informe da Fundação Getúlio Vargas (FGV):

Agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas desde a produção e distribuição de insumos até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Quer dizer, é um conjunto de atividades que está intimamente ligado a todos os setores da economia e da sociedade. No Brasil, é responsável por 30% do PIB, e 36% das taxas de exportações e por 37% dos empregos. (2007, p.4).

Diante dos bons resultados apresentados economicamente, o setor se apresenta como sendo o salvador da economia, gerador de riqueza e renda e responsável por colocar alimento na mesa das famílias, não só no Brasil, mas também no Conesul como um todo.

Com base no que estabelece a Associação do Agronegócio de Ribeirão Preto-ABAGRP, o agronegócio é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos e das unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da comercialização dos produtos e dos artigos que se produzem a partir deles, engloba desde a investigação científica até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Sendo assim, entendemos que manter uma postura crítica é fundamental neste contexto. No entanto, ser crítico implica na busca da emancipação do sujeito que está atravessado pelos discursos e atividades da Educação Ambiental.

Neste artigo, sustentamos que a intenção do setor do agronegócio e de suas entidades representativas está longe de pensar em uma emancipação da população, mas sim, de simplesmente, conforma-la, portanto, se utilizam dos sites, de apostilas, da imprensa escrita e televisiva, para divulgarem suas atividades, seus bons resultados na participação do Produto Interno Bruto- PIB, ou seja, para justificarem sua importância, o que para o

autor vai além do marketing, pois, entende como sendo também uma forma de educar a população.

Nos apoiamos em Jacques Rancière (2010), por entendermos que emancipação é uma forma de sair de uma situação de inferioridade (p. 168). Assim, este processo começa no momento em que se questiona a oposição entre observar e atuar, pois para evidências a qual estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem a estrutura da dominação e da sujeição (Rancière, 2002, p. 17). A partir dessas concepções, entendemos que é fundamental compreender os processos envolvidos, pois o conflito ambiental pode ser um momento de ruptura com a dominação.

Então, mesmo que exista muitas diferenças entre Estado e empresas, os interesses de ambos para a dominação e a distribuição desigual dos danos são similares, visto que, em várias ocasiões acabam convergindo e as consequências estão intimamente vinculadas com a segregação social (Lefebvre, 2011) pois, a final de contas, estamos inseridos no sistema capitalista e o Estado está atravessado pelo mesmo.

Podemos então dizer, que a agricultura e pecuária são as atividades que estruturam o setor do agronegócio, pois, se desenvolvem dentro da área rural. Os empreendimentos mais complexos incluem a implementação da indústria de máquinas agrícolas, as quais são cada vez mais modernas e podem cumprir várias tarefas simultaneamente, então, quer dizer que uma só máquina é capaz de realizar vários serviços: semear sementes, colher e separar grãos, irrigar as plantações, entre várias outras funções. Se caracterizam por oferecer comodidade e ergonomia e praticidade ao operador.

As máquinas agrícolas quando trabalham em conjunto são capazes de realizar um serviço complexo em pouco tempo, se estabelecermos a comparação com a mesma atividade realizada só pelo agricultor, que para cumprir com seu objetivo, demoraria vários dias, além de que a área coletada e plantada seria muito menor.

Podemos dizer então, que a disponibilidade de recursos econômicos por parte de um determinado grupo de produtores rurais, favorece a compra de máquinas, insumos e veneno agrícola, além da contratação de técnicos especializados, para produzir mais em um menor espaço e menor tempo, opondo-se ao agricultor familiar, a qual se utiliza de mão de obra reduzida e de equipamentos primitivos para plantar e colher sua produção agrícola, o que justifica a desigualdade social na posse da terra e da riqueza produzida.

Para confirmar o acima descrito, mencionamos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2006), pois, existe uma enorme desigualdade social

provocada pelas atividades do agronegócio, já que pequenos grupos detêm a maior parte da terra fértil para o cultivo e as propriedades rurais com até 10 hectares representam 2,7% da área total. Por outro lado, as propriedades com área superior a 1000 hectares representam 43% da área total. A desigualdade é visível também quando se compara com recursos tecnológicos para manterem sua produção, pois, a população local não industrializada possui uma quantidade mínima de terra, além da falta de recursos financeiros para investir em tecnologia para aumentar a produção.

Então, com o objetivo de aumentar a produção de grãos, os proprietários rurais passaram a defender o uso de fertilizantes e venenos agrícolas, sendo assim, ficaram dependentes de silos e estradas para o fluxo do excedente da produção. Neste sentido, entendemos que as propostas vinculadas as entidades que representam o agronegócio têm como discurso principal a defesa dos interesses dos países onde desenvolvem suas atividades. Este discurso está ligado a uma promessa de desenvolvimento econômico e social, e incluem de maneira triunfal o êxito de suas exportações, pois representam um índice positivo na balança comercial.

Por sua vez, Fernandes (2010) sustenta que é uma tentativa de ocultar o caráter centralizador, depredador, explorador e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. O que colabora com a tese do autor, de que o setor do agronegócio se utiliza da educação para tentar convencer a sociedade, mas principalmente as comunidades próximas a esses empreendimentos de que são sustentáveis e comprometidos com as questões sociais e ambientais. A partir de então, mascaram ou omitem impactos negativos, os quais poderiam comprometer a imagem da empresa perante seus consumidores.

O agronegócio agrega uma gama de relações poderosas que fortalecem a inclusão de processos industriais associados a produção agrícola. Este setor busca então, disseminar a imagem de modernização ligada a imagem de desenvolvimento, como se ambos fossem sinônimos, pois implicitamente, busca atender aos interesses do mercado.

A chegada da biotecnologia ao setor agrícola permitiu que se superassem problemas como os fatores climáticos. Quer dizer, pode-se ter um controle sobre os efeitos negativos para a indústria provocados pela natureza e, dessa forma, se evita perdas na produção agrícola. Também, a chegada da biotecnologia fez com que se reduzisse com êxito o tempo necessário para as colheitas. A propósito, Graziano da Silva (1981) sustenta

que “quanto maior for a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho efetivo, menor será o período de valorização do capital” (p.81).

O modelo atual do agronegócio é capitalista. Então, eleva, a organização hegemônica das atividades agrárias na maior parte dos países da América Latina e responde pelo modelo econômico, ao qual está intimamente ligado a produção e circulação de matérias primas, alimentos e outros produtos agroindustriais.

Nossa hipótese inicial era de que o objetivo das empresas do agronegócio é o lucro, e que, portanto, buscam resolver conflitos por meio do marketing e da educação, a fim de dar continuidade as suas atividades.

A Educação Ambiental do Agronegócio

Algumas empresas representativas do agronegócio no Conesul, apresentavam informações em seus *site*, a qual consideramos de grande utilidade para a realização desse trabalho, pois se vinculam diretamente com a caracterização de alguns programas educativos, levando em consideração, o discurso do meio ambiente e educação divulgado pelo setor na comunidade em que está inserido.

Neste sentido, nos servindo como material de enfoque completamente distinto ao da academia, porém muito útil, também, para problematizar o porquê da vaga deste tipo de estudo em um ambiente e não em outro, encontramos no *site* da empresa de agroquímicos Monsanto, a qual sustenta que desde 2008 tem assumido publicamente o *Compromisso de Agricultura Sustentável* a qual se baseia em três exemplos: “Produzir Mais” através das mais avançadas tecnologias em sementes, “Conservar Mais”, tendo foco no cuidado com o meio ambiente e com os recursos naturais “Melhorar a qualidade de vida” ao contribuir com as comunidades com a qual interage. Então, esta empresa, é igual a outras do setor, pois tem interesse preponderante em ter uma imagem positiva dentro da comunidade na qual está inserida e, com esse propósito, se vale de estratégias que incluem todos os atores que participam dela principalmente, no âmbito educativo.

A Bayer (Brasil) assegura estar comprometida com o uso correto e seguro dos produtos, assim como o destino final das embalagens e, desta forma, cumpre com a segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente. Segundo seu *Informe de Responsabilidade 2017*, a erosão do solo, a escassez da água e a redução de terras agrícolas

são obstáculos que precisam ser superados (Bayer, 2017, p. 34) e, para ela, é de suma importância levar em conta a educação da população.

Outro caso é o da empresa Bunge. Esta multinacional através do material *Pense Bem Meio Ambiente (2010)*, disponível em seu *site* na *web*, mostra que a Educação Ambiental se restringe a implantação de práticas de redução do consumo de água e energia elétrica, e ao entendimento da importância de que nossas ações evitem a contaminação hídrica e atmosférica. A cartilha traz contribuições sobre como aplicar o princípio dos 4R (Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

A ABAG, por sua vez, tem como objetivo representar o setor do qual faz parte. Desde sua fundação em 1993, podemos observar que tem fomentado de maneira notória a publicidade de suas atividades agroindustriais em todos os meios de comunicação de grande alcance, com o objetivo de mostrar somente os aspectos positivos da indústria. Quer dizer, mediante a produção maciça de materiais didáticos que se encarregou de instalar na sociedade a imagem do agronegócio, como gerador de riqueza, renda e emprego.

Este setor leva em consideração que tanto a empresa Bunge, como Monsanto e Bayer, tratam de impor, mediante diversas ações, seu viés sobre o cuidado com o meio ambiente, por exemplo, orienta sobre a importância de reduzir o desflorestamento, despertar a consciência socioambiental, a relevância substancial de preservar a terra, a água e as florestas, respectivamente.

Portanto, diante a carência de estudos acadêmicos específicos sobre o vínculo de educação e agronegócio, esta investigação pretende ser inovadora e de grande utilidade para futuros trabalhos, pois aqui tentamos elucidar como o setor se apropria, mais precisamente, como utiliza a educação para impor sua perspectiva sobre os cuidados com o meio ambiente.

As inovações técnicas no agronegócio

Diante dos problemas que estão fora das propriedades de produção, e que afetam diretamente, o produtor, surge a necessidade de novas invenções em técnicas que contribuam para o aumento da margem de benefício, já que o incremento da atividade não atende as perspectivas dos empresários do campo. Portanto, tendo em conta a análise de Oliveira e Sperse (2010) os produtores buscam organizarem-se de forma exitosa para

atenderem as exigências do mercado a fim de conseguirem melhores remunerações a partir da oferta de produtos diferenciados.

Devido a necessidade de aumentar o benefício no menor tempo possível, no século XIX surgiram as novas máquinas e inovações na agricultura que mudou definitivamente a trajetória das técnicas de produção. Por outro lado, este processo foi possível com o êxodo rural, pois isso determinou a diminuição na quantidade de mão de obra para produção agrícola. Estas novas máquinas agrícolas se acoplaram a um sistema de tração (tratores) de acordo com a demanda que deveria ser atendida.

Particularmente, o agronegócio brasileiro é formado por atividades econômicas que possuem vínculo com insumos para a agricultura, como fertilizantes ou controladores de pragas. Segundo o site oficial do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2011), a produção agrícola está constituída por cultivos, pecuária, bosques e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, o transporte e a comercialização de produtos primários. Neste sentido, Bernardo Fernandes (2010) sustenta que o agronegócio é o novo nome do desenvolvimento econômico da agroindústria capitalista, cuja origem está no sistema de plantação que grandes propriedades utilizam na produção para a exportação.

Com base no estudo de Arthur Zimmerman (2016), as disputas existentes na América Latina são, em parte, consequência da desigualdade da propriedade da terra que se perpetuou ao longo da história. A questão dos recursos naturais abundantes localizados e divididos de maneira notoriamente diferenciada nas sociedades em desenvolvimento é o enfoque que, no geral, adotam os estudiosos do tema (p.158).

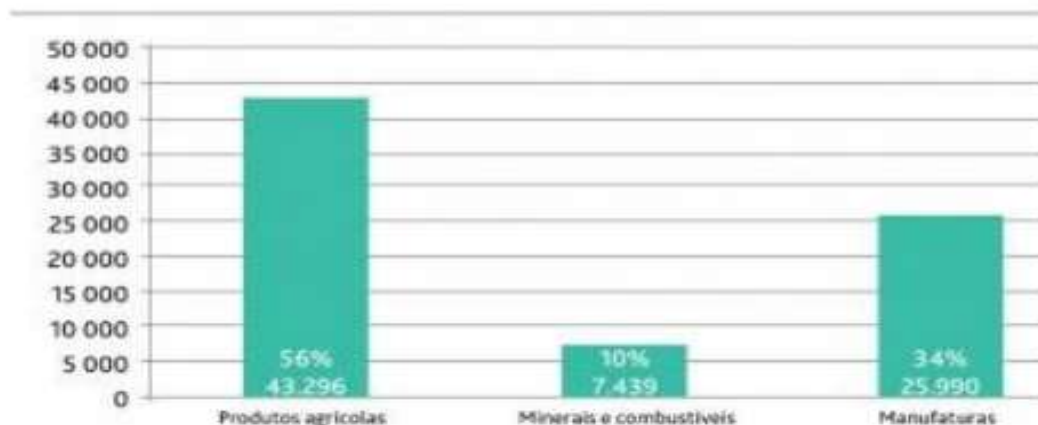
Na Argentina o setor agroindustrial representa 21% do valor bruto da produção, sendo responsável por gerar uma média entre 18% a 31% dos empregos do país. (Regúnaga, outubro 2015). Esses bons resultados são publicizados como uma atividade que é fundamental para economia do país, além de que gera inúmeros empregos e, portanto, sensibiliza a sociedade sobre sua importância. Então, justifica sua atividade com bons resultados econômicos, as custas dos impactos ambientais e da injustiça ambiental. Abaixo segue o gráfico demonstrativo.

BRASIL							
CLASSE DE ÁREA	NÚMERO DE IMÓVEIS						
	TOTAL (HA)	1992	%	1998	%	2003	%
Minifúndio		907.764	31,04	1.144.642	31,90	1.409.752	32,86
Pequena propriedade		1.792.610	61,30	2.156.115	60,09	2.561.458	59,70
Média propriedade		182.379	6,24	229.329	6,39	250.891	5,85
Latifúndio		41.451	1,42	57.881	1,61	68.381	1,59
TOTAL		2.924.204	100	3.587.967	100	4.290.482	100

A participação da agroindústria Argentina nas exportações de bens.
 Fonte: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) – 2015

A figura anterior contribui para que possamos visualizar a participação da agricultura na economia da Argentina, pois, no período entre 2011 a 2013, foi responsável por 56% da exportação do país, então, deixa claro que é fundamental para o PIB. A propósito, o uso de bens e recursos naturais é essencial para levar a cabo atividades como a agricultura, pois o que está em discussão é a problemática sobre como se realizam essas ações, como as populações vem desenvolvendo esses processos.

No Brasil, não é diferente, pois, este modo de produção era uma combinação entre monocultivos, latifúndios (grandes extensões de terras) e mercado exportador. A imagem que mostramos na continuação descreve a desigualdade histórica na propriedade da terra no Brasil:



Classificações dos imóveis rurais em 1992, 1998 e 2003. Fonte: Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada - Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009

Se analisarmos a tabela acima, podemos ver que no período de 1992-2003 houve um pequeno aumento no número de propriedades, em consequência do aumento na produção agrícola. Esse aumento se deu, diante do interesse em gerar excedentes para o mercado, que se aproveitou do surgimento de máquinas agrícolas modernas que plantam, colhem

e pulverizam de forma rápida e eficiente, mas também da oferta de sementes, venenos agrícolas e fertilizantes fundamentais para o sucesso na quantidade produzida.

Impactos negativos das atividades do agronegócio

O agronegócio é uma atividade econômica que engloba a produção, a industrialização e a comercialização de produtos agropecuários. No marco do desenvolvimento de estratégias para o crescimento regional, os países cuja economia está baseada nas atividades agropecuárias sofrem a contaminação dos recursos hídricos, do solo e do ar. Além de que, a população local é removida com a finalidade de ampliar a área produzida e também para depositar os resíduos gerados pelas atividades. Estas consequências negativas incrementam o que Acselard (2010) chama de Injustiça ambiental.

A tecnologia disponível para a agricultura permite aumentar a produção, porém não considera, justamente as relações sociais de produção (Acsehrad 2009, p.76) nem suas transformações. Portanto, levando em conta somente o progresso tecnológico, (Ricardo 1982, p. 71) constatou que existem “as melhoras na agricultura, portanto, são de dois tipos: os que aumentam a capacidade produtiva da terra, e os que nos permitem, devido ao uso de máquinas modernas e eficientes, obter o produto com menos trabalho”. Um exemplo da desigualdade social provocada pelo setor do agronegócio está no Paraguai, onde:

...parte expressiva da população paraguaia não tem acesso aos principais produtos agrícolas presentes na pauta de exportação do país, pois vive em grande precariedade. Paraguay ocupa a posição 111 das 187 nações avaliadas no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013). Atualmente, 32,4% dos paraguaios são pobres e 18% vivem em pobreza extrema (com menos de 2 dólares por dia). No campo, essa porcentagem é respectivamente de 44,8% e 29,6%, o que significa que quase 75% dos habitantes rurais vivem em situação de pobreza (I.A. Moraes, 2015, p. 2).

A instabilidade da economia dos países do Conesul, em particular a brasileira, que é direcionada para manutenção do capital que conhecemos como setor primário. Desta forma, o agronegócio passa a ser peça fundamental para alcançar uma balança comercial positiva no Brasil que está fortemente vinculada a exportação de produtos como soja, minério de ferro, café e cana de açúcar, entre outros. Com base nessa lógica, prevalece a obtenção de benefícios econômicos por excedentes do agronegócio as custas da exploração

dos recursos naturais que causam impactos ambientais negativos ao meio ambiente. Muitas das consequências da modernização tecnológica e biotecnológicas são irreversíveis, no entanto, os interesses econômicos se sobrepõem aos sociais.

A Educação Ambiental do Agronegócio

Com objetivo de evitar os conflitos e na tentativa de reparar os danos a natureza, o agronegócio cria campanhas publicitárias e recursos institucionais escritos e audiovisuais com a finalidade de alcançar grande parte da população e, também, entrar no terreno das instituições educativas. Com estes materiais tentam transmitir o que o setor entende como desenvolvimento sustentável, no entanto, só mostram aspectos positivos das atividades que realizam e não expõem a crise ambiental que estamos inseridos (Rioja, 2017). Portanto, desta forma podemos ver que o setor do agronegócio se apropria de uma Educação bancária, e segundo Paulo Freire (1970) uma vez que induz a sociedade a reproduzir que descrevem como sendo correto e sustentável. Por outro lado, para que haja uma reflexão consciente sobre os benefícios e impactos gerados, se faz necessário problematizar, e neste caso, problematizar o conceito de sustentabilidade e práticas vinculadas a ela e, como sustentam as professoras Zanotto e De Rose (2003):

... a ação de problematizar surge a partir da realidade que rodeia o sujeito; a busca por explicação e solução tende a transformar aquela realidade, pela ação do próprio sujeito (suas práxis). O sujeito, a sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a detectar novos problemas em sua realidade e assim sucessivamente. (p. 48).

Entendemos que somente uma Educação crítica e transformadora possibilitará ao sujeito refletir para reconhecer os problemas a fim de buscar a solução, pois a forma com que é apresentado, tende a uma Educação bancária, pois reproduzir aquilo que beneficia as classes dominantes e, dessa forma, oculta os impactos sociais e ambientais negativos, reforçando assim, a desigualdade social histórica existente na América do Sul. Desta forma, entendemos que a imagem que o setor do agronegócio deseja transmitir para a sociedade, através da propaganda institucional, tem intenção de se apropriar da Educação Ambiental, pois pretende orientar o comportamento da comunidade segundo sua perspectiva de sustentabilidade.

Segundo Lima (2009), um dos grandes equívocos da Educação Ambiental conservadora é incentivar as ações individuais pois, sustenta que as origens dos problemas

ambientais nascem na esfera particular e moral de cada cidadão. A partir desse viés, esta perspectiva tira a responsabilidade e importância do contexto e então, o exclui de uma possível análise política, a qual contribui para uma interpretação neoliberal da crise ambiental (LIMA, 2009, p. 155).

Então, frente aos dados apresentados pelo setor do agronegócio, a Educação tradicional/ conservadora é a que predomina, pois, a maioria dos membros da sociedade reproduzem o discurso das empresas sustentam. Esta situação favorece a histórica Injustiça Ambiental, pois, não existe uma problematização das desigualdades ambientais e sociais, que é tão importante para estimular uma Educação emancipadora, a fim de contribuir para diminuição dos problemas que traz a modernização nas áreas rurais, e nos modos de vida e nas formas de produção, circulação e consumo.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa nos permitiu abordar e circunscrever questões de interesse, em grande parte, com a vinculação entre agronegócio e Educação Ambiental, pois ambos têm significativa importância capital na conjuntura atual. Se refletirmos sobre o caminho seguido e o itinerário deste trabalho, fica fácil perceber que a motivação desde o início foi de problematizar o que se entende como Educação Ambiental, para aprofundar os estudos em uma proposta educativa capaz de emancipar para transformar, não só os estudantes na educação formal, mas o conjunto da sociedade, as comunidades mais próximas as instalações industriais que sofrem as consequências das atividades do agronegócio.

Então, o que podemos constatar diante desta investigação é que as entidades representativas do agronegócio, tais como fundações, associações ou organizações sem fins lucrativo, entre outras, pregam o discurso de geração de renda, emprego, riqueza e benefícios para toda a sociedade, com a finalidade de convencer a população de que a continuidade de suas atividades é fundamental para o crescimento do PIB. No entanto, o contraste é notório quando fazemos uma comparação entre o que dizem e o que na verdade fazem. Quer dizer, de acordo com os dados e estudos que lançamos ao longo da pesquisa e até alguns que descartamos por não abordarem o tema específico desta pesquisa, onde identificamos casos de extrema desigualdade social e ambiental e não como eventos isolados, mas como uma situação histórica no Conesul.

As consequências negativas dos processos de modernização na produção agrícola recaem, principalmente, sobre as comunidades que vivem no entorno dos empreendimentos industriais. Mesmo assim, podemos ver que o discurso que coloca as atividades do agro em um pedestal econômico ignora os vários conflitos e desigualdades que estas atividades geram.

Este cenário não é só uma questão de rentabilidade e emprego, mas sim de saúde pública e de uma evidente injustiça ambiental, as quais devem estar presentes nas lutas de classes.

Referências

ACSELRAD, Henri.; MELLO, Cecília Campello Amaral.; BEZERRA, Gustavo das neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, HENRI. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: Estudos Avançados. v. 24. n°. 68. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf> Acesso em 21 de agosto de 2017.

BAYER, Brasil. **Sustentabilidade Socio Ambiental 2014**. Disponível em <<https://www.bayer.com.br/static/documents/pdf/SustentabilidadeBayerBrasil.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso em: 09/10/18

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. 2007. **Agronegócios**. Disponível em https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/caderno_n4.pdf. Acesso 12/10/18

HOFF, Debora Nayar.; DEWES, Homero.; RATHMANN, Régis.; BRUCH, Kelly Lissandra.; & PADULA, Antônio Domingues. Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares. In.: **Revista brasileira de Pós Graduação**, v. 4, n. 7, 11, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/119> >. Acesso em: 07/09/18

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade** (trad. Eduardo Farias – 5º ed. / 3. Reimp). São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. In.: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2009, v.35, n.1, p. 145-193,

jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

MAPA. 2018. Superavit de US\$ 81,86 bilhões do agronegócio foi o segundo maior da história. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/superavit-de-us-81-86-bilhoes-do-agronegocio-foi-o-segundo-maior-da-historia>. Acesso 21/11/18

MONSANTO. Agricultura sustentável. In.: **Monsanto**, [S.I], s/d. Disponível em: <<http://www.monsantoglobal.com/global/ar/nuestroscompromisos/Pages/agricultura-sustentable.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ricardo.; SPERSE, Eduardo. **Utilização de Estratégias de Branding em Commodities Agropecuárias: Uma Revisão da Literatura e Proposições de Pesquisa**. In.: **Anais do V Simpósio Internacional de Administração e Marketing. VII Congresso de Administração da ESPM**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://ocs.espm.br/index.php/simposio2010/2010/paper/view/289/187>>. Acesso em: 12/08/18

RANCIÈRE, J. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Série: Educação. Experiência e sentido)

RANCIÈRE, Jacques. Comunistas sem comunismo? In. En Badiou, Alan (et. Al.) Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires: Paidós, 2010.

REGÚNAGA, M. (2015). Impacto das políticas agrícolas da Argentina sobre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. Recuperado de <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/impacto-das-pol%C3%ADticas-agr%C3%ADcolas-da-argentina-sobre-o-desenvolvimento>.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, José Francisco Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Tese (Doutorado em Ciência Econômica), Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. São Paulo: HUCITEC, 1981.

ZANOTTO, M. A do C & DE ROSE, T.M.S. Problematizar a própria realidade: análise de uma experiência de formação contínua. Educ. Pesqui., 29(1): 45-54. Jan - jun., 2003.

ZIMERMAN, Arthur. *Terra e conflitos na América Latina redemocratizada*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.1, n.1, Jun-Ago/2016, pp.152-188. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YrPXhmBXaAQJ:https://periodi>

cos.ufpb.br/index.php/rppi/article/download/27901/15945/+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso 12/09/18